

Contributo para a Conferência Parlamentar sobre O Futuro da Ciência em Portugal

Pedro U. Lima

Professor do Instituto Superior Técnico, U. Lisboa
Investigador no Instituto de Sistemas e Robótica – Lisboa, LARSyS
19 de Junho de 2014

1. Introdução

A educação, a ciência e a tecnologia (C&T), a investigação e a inovação devem ser desígnios nacionais. São apostas políticas cujo efeito profundo só se faz sentir a longo prazo mas que, quando realizadas com sucesso, têm um impacto horizontal em toda a sociedade, e que começa cedo a produzir alguns resultados significativos. O desígnio torna-se ainda mais urgente quando verificamos que o nosso atraso em literacia e níveis de educação é assombroso relativamente à média europeia, incluindo o facto de, segundo números do INE de Abril de 2010, a qualificação dos empregadores ser inferior à dos trabalhadores por conta de outrem e em geral muito inferior à da média Europeia, ou mesmo de Espanha, apenas para referir o país nosso vizinho.

O investimento em C&T realizado nos últimos 30 anos permitiu uma alteração visível em alguns dos aspectos por muitos identificados como fragilidades estruturais do nosso país, e o curto espaço de tempo em que tal foi conseguido alimenta a esperança na possibilidade de alterações profundas numa janela temporal relativamente curta. Começa-se a observar que algumas PME e ex-PME de base tecnológica que nasceram e amadureceram ao longo destas décadas são agora exportadoras com peso significativo na Economia. Os seus dirigentes e trabalhadores têm qualificações acima da média, incluindo doutorados (também segundo o INE, o número de doutorados empregados por conta de outrem aumentou de cerca de 2200 em 2006 para mais de 3800 em 2011). A Ciência portuguesa ganhou destaque a nível internacional através de diversos resultados, em inúmeras áreas, de impacto considerável para a nossa dimensão, incluindo o número de publicações e citações. O investimento público em C&T aproximou-se pela primeira vez da média europeia - tendo havido algum esforço finalmente visível do sector privado, mas que é ainda insuficiente.

2. A Importância do Investimento em C&T

As despesas com C&T não geram desperdícios ou mordomias, nem alimentam lucros fáceis. Pelo contrário, trata-se de investimento de grande retorno. O seu sucesso mede-se através de

- aumento das qualificações dos jovens portugueses que são formados no âmbito de bolsas e de projetos financiados, medido em número de doutorados e mestres (a título de exemplo, o número de doutorados em Portugal passou de 5,7 por 100.000 habitantes em 1995, para 17,5 em 2011);

- aumento da inovação e da transferência de tecnologia para as empresas que depois a utilizam para realizar exportações, normalmente de grande valor acrescentado e lucro unitário elevado;
 - aumento das qualificações médias dos futuros empresários que fundam empresas capazes de competir nos mercados mundiais mais exigentes e que requerem mais valias resultantes do conhecimento;
- e, porque não dizê-lo, através do aumento da autoestima nacional, que tem sido muito maltratada.

3. O Estado Atual do Financiamento da C&T em Portugal

Surpreendentemente, apesar de todas estas evidências, do aparente consenso nacional em torno da relevância deste desígnio, e apesar deste ser um sector que requer investimentos de pequena dimensão quando comparado com outras rúbricas orçamentais, tem-se vindo a assistir a uma redução efetiva (ainda que não refletida nos OEs) do financiamento de C&T, nomeadamente:

- as aberturas de concursos para projetos de investigação da FCT foram reduzidas em periodicidade e na duração e montantes de financiamento dos projetos, tornando a maioria destes inapropriada para realizar trabalho com algum fôlego;
- o número de Bolsas de Doutoramento, apesar da promessa inicial de ser mantido o seu número, sendo divididas entre 30% das atribuídas em 2012 para as bolsas associadas aos Programas de Doutoramento FCT e 70% para as bolsas individuais, viram estas últimas serem reduzidas inexplicavelmente em 2013 para 40% dos números do ano anterior – isto já após vários protestos que varreram toda a sociedade civil. Foi sugerido que sejam abertas mais bolsas no âmbito de projetos – mas como indicado no item anterior, estes também foram drasticamente reduzidos em número, duração e montante financeiro;
- os cerca de 1000 contratos com investigadores, que haviam sido celebrados no âmbito dos programas CIÊNCIA 2007 e 2008 pela FCT, baixaram para cerca de 370 contratos nos programas Investigador FCT em 2012 e 2013, cuja avaliação foi objeto de grande polémica. Só este factor levou à saída de um número significativo de investigadores com grande qualificação, quer das instituições de investigação nacionais, quer mesmo do país.

Estes são factos cujo impacto sinto, junto com todos os colegas com quem discuto estes assuntos, no dia a dia. Se as verbas para a C&T inscritas no OE aumentaram, não se percebe onde foram aplicadas. O desalento e a incompreensão são tanto maiores quanto se reconhece que o investimento passado produziu grande impacto em poucos anos, e quando se proclama que se pretende um país melhor no futuro, com um Estado mais eficiente e crescimento não baseado em salários baixos.

4. Propostas para o Futuro da Ciência em Portugal

Os números relativos a percentagem de doutorados e investimento em investigação continuam a estar em Portugal abaixo da média europeia. É importante pois manter ou aumentar o investimento público, voltar a um número de bolsas de doutoramento e pós-doutoramento condizente com padrões internacionais; regressar aos apoios regulares a projetos de investigação e de desenvolvimento - académicos (pensando nos problemas a longo prazo e sem aplicação imediata) e em parcerias com empresas (para resolver problemas complexos no imediato) e estancar a fuga de cérebros, entre outras medidas que demonstrem um empenho real no investimento num futuro baseado no conhecimento e na investigação (fundamental e aplicada, como é boa prática internacional nos países com que nos queremos comparar), na transferência de tecnologia e na inovação.

Portugal não tem investimento em C&T a mais ou doutores em excesso para as empresas que tem. Portugal precisa é de empresas que estejam à altura de saber utilizar vantajosamente o investimento público que tem sido realizado em formação, qualificação, transferência de tecnologia e inovação. Infelizmente, estamos longe de atingir tal desiderato, e a nossa baixa produtividade, que não se deve aos portugueses serem preguiçosos ou andarem a viver acima das suas possibilidades, está aí para o provar.

Não devemos esquecer a importância dos investigadores nacionais manterem e, desejavelmente, reforçarem a sua presença em concursos competitivos internacionais, como os do União Europeia ou da ESA. As competências criadas no passado têm permitido bons resultados a esse nível e é preciso ser perseverante e ousado nas propostas submetidas, sabendo que a percentagem de aprovações e a necessidade de envolvimento em redes internacionais é crucial. Mas isso não deve continuar a servir de pretexto para reduzir o investimento público nacional, pois continua a ser necessário fortalecer e reforçar o sistema científico e tecnológico nacional, e apostar nas nossas próprias prioridades em termos de investigação e desenvolvimento.

É ainda urgente desburocratizar profundamente o acesso e a utilização pelos investigadores (nas universidades e nas unidades de investigação públicas) das verbas que conseguem através de concursos competitivos nacionais e internacionais. Os atuais estrangulamentos burocráticos têm vindo a crescer há já alguns anos, mas atingiram presentemente níveis insuportáveis, que fazem os melhores desistir de concorrer a projetos, tal é a complexidade da teia burocrática em que se veem envolvidos, e que os impede até por vezes de utilizar verbas que conseguiram angariar para o país em concursos internacionais competitivos. A burocracia acéfala prejudica não só o Estado como os seus melhores atores, porque introduz custos extra e desmotivação.